

Recebimento: 13/11/2019

Aceite: 01/04/2020

COMMODITIZAÇÃO DO RURAL: UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA A PARTIR DA ANÁLISE DA BOVINOCULTURA DE CORTE NA REGIÃO DO COREDE MISSÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

COMMODITIZATION OF THE RURAL: A METHODOLOGICAL PROPOSITION FROM THE ANALYSIS OF CUT BOVINOCULTURE IN THE REGION OF COREDE MISSÕES OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL/BRAZIL

Daniel Claudy da Silveira¹
Silvio Cezar Arend²
Cidonea Machado Deponti³

Resumo

Essa pesquisa apresenta uma proposta metodológica para a interpretação do movimento de commoditização da produção rural a partir da análise de bovinocultores de corte na região do COREDE Missões do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo é analisar este movimento commoditizador, que possui o viés homogeneizador da produção e do produto, no que tange os seus reflexos e repercussões sobre as formas de organização da produção, do trabalho e das relações sociais dos bovinocultores de corte. Propõe-se construir diferentes graus de mercantilização da produção, frente às distintas inter-relações que os produtores mantêm com o mercado, nas diferentes etapas de seu processo produtivo. A metodologia aplicada considerou a perspectiva da formação econômica e social (F.E.S.) elaborada por Milton Santos (1979) e de Ploeg (1992), considerando especificidades regionais, atributos produtivos e integração mercantil, junto a 21 produtores de gado de corte na Região das Missões do RS. A análise foi elaborada a partir dos ciclos de produção de bovinos de corte (cria, recria/terminação, cria/recria e ciclo completo), conforme a sua inter-relação com o mercado, através do (maior ou menor) grau de integração ou mercantilização produtiva. Os resultados sugerem que quanto maior o nível de integração mercantil, maior a segregação dos produtores ao mercado, ou seja, quanto mais integrados e inseridos ao mercado, ou quanto maior for o seu grau de mercantilização da produção, mais conectados estarão seus processos produtivos, na lógica de reprodução global, interligados ao movimento de commoditização.

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí – RS, Brasil. E-mail: daniel.claudy@hotmail.com

² Doutor em Economia (UFRGS). Professor da Universidade Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul – RS, Brasil. E-mail: silvio@unisc.br

³ Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professora da Universidade Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul – RS, Brasil. E-mail: cidonea@unisc.br

Palavras-chave: Mercantilização da produção. Bovinocultura de corte. Desenvolvimento Regional. Agricultura. COREDE Missões do RS.

Abstract

This research presents a methodological proposal for the interpretation of the commoditization movement of rural production from the analysis of beef cattle farmers in the region of COREDE Missões of the State of Rio Grande do Sul. The objective is to analyze this commoditization movement, which has the homogenizing bias production and product, with regard to their effects and repercussions on the organization of production, work and social relations of beef cattle farmers. It is proposed to build different degrees of commodification of production, in view of the different interrelations that producers maintain with the market, in the different stages of their production process. The applied methodology considered the perspective of the economic and social formation (F.E.S.) elaborated by Milton Santos (1979) and Ploeg (1992), considering regional specificities, productive attributes and mercantile integration, together with 21 cattle producers in the Region of Missões of RS. The analysis was based on the production cycles of beef cattle (breeding, rearing/finishing, breeding/rearing and complete cycle), according to their interrelation with the market, through (greater or lesser) degree of integration or productive commodification. The results suggest that the greater the level of market integration, the greater the segregation of producers to the market, that is, the more integrated and inserted into the market, or the greater their degree of commodification of production, the more connected their productive processes will be, in the logic of global reproduction, linked to the commoditization movement.

Keywords: Production merchantilization. Cut bovino culture. Regional Development. Agriculture. COREDE Missões of RS.

Introdução

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar o movimento de commoditização do agronegócio e suas repercussões sobre a bovinocultura de corte. A análise considera as mudanças na dinâmica de tal setor que se intensificaram com as doenças da “vaca louca”, no continente europeu, em 1998 e da febre aftosa, em 2001, no Brasil, e que culminaram em novas determinações referentes as regras e as regulações comerciais e a padronização da produção. De acordo com Ploeg (1992), esse movimento é caracterizado como um processo de mercantilização da agricultura. O autor assume que a mercantilização é a passagem da forma de valor de uso de um bem material para a forma de valor de troca, isso faz com que o processo de organização do trabalho passe a ser orientado para os intercâmbios com o mercado, com grande intensificação das relações mercantis, voltadas à geração do excedente econômico. Com isso, as atividades que ficavam circunscritas ao agricultor, sua família e seus estabelecimentos passam a ser cada vez mais permeadas e coordenadas pelo mercado.

Essas relações, à medida que se tornam mais importantes, formam uma matriz que começa a governar os demais tipos de relações comerciais resultantes. Portanto, tal processo não somente afeta as atividades produtivas (formas de organização da produção e do trabalho), mas resulta também na transformação completa dos processos de reprodução. Desse modo, o processo de produção é engendrado para a criação de *commodities*, ou seja, para o mercado (PLOEG, 1992).

Nesse sentido, o objeto de estudo demonstra uma dinâmica que se enquadra dentro de um modelo globalizado (sistema capitalista moderno em que o consumo é previamente induzido), que está subordinado a forças globais que agem sobre as regiões e, por consequência, sobre a produção de bovinos de corte. Importante salientar que esse movimento não é exclusivo, pois também é verificado em outros mercados, representados por outras *commodities*, como soja, trigo, milho, tabaco, carne suína e de frango, frutas, entre outros produtos.

Para tanto, esse estudo apresenta uma proposta metodológica de interpretação desse movimento a partir das principais obras da literatura internacional e nacional acerca do movimento de commoditização e mercantilização da agricultura. Tais procedimentos resultaram, por consequência, em um esforço para adaptar a metodologia supracitada, para a análise da produção

de bovinos de corte, considerando suas especificidades e as particularidades produtivas do território do Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões do Estado do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, a pesquisa tem o objetivo de buscar compreender o movimento commoditizador que está instaurado no processo de produção de carne bovina, de modo a elucidar os aspectos que interferem sobre tal segmento e as alternativas, adaptações e interações que os produtores rurais buscam para manterem-se em tal ramo de atividade.

O artigo está dividido em quatro seções: a) a primeira apresenta a caracterização geral da bovinocultura de corte, considerando o ambiente global de produção; b) a segunda destaca os materiais e métodos de pesquisa mobilizados para a operacionalização da pesquisa; c) a terceira enaltece a metodologia adaptada e constrói os conceitos de mercantilização e commoditização sobre a atividade produtiva em análise; d) a última apresenta as discussões e contribuições gerais sobre o respectivo estudo.

Caracterização da produção de bovinos de corte

Nos últimos anos, a produção de carne bovina apresenta um novo padrão mercadológico. Esse novo padrão é compreendido pelo processo de certificação que se observa neste segmento produtivo, a partir de meados de 1998 e que pode também ser nomeado como um movimento de commoditização da carne, inserido no contexto da globalização dos territórios. Tal movimento direciona a produção de carne bovina para uma lógica de padronização da produção ou do produto. Além disso, não se restringe apenas a esse segmento, verificando-se esse mesmo fenômeno na soja, milho, trigo, arroz, ou seja, em produtos basicamente agrícolas e homogêneos – de difícil diferenciação. O mercado torna-se o protagonista desse modelo globalizante.

Para tanto, o mercado, controlado por forças hegemônicas, é quem dita as regras e padrões a serem seguidos e incorporados na produção. O produtor deve segui-los prioritariamente, pois, se não atender tais requisitos, corre o risco de ficar à margem do processo, ou seja, excluído do “mercado”. Dessa maneira, para continuar a exercer a sua atividade, o produtor deve aderir ao novo modelo padrão e atender às necessidades impostas pelo “mercado” (representado por um consumo induzido – oriundo do modelo capitalista moderno), reproduzindo o produto de acordo com o padrão solicitado. No entanto, a adesão é voluntária, ou seja, espontânea, o que, de certo modo, coloca a responsabilidade sobre o produtor, pois se ele não se incorporar a tal dinâmica, tenderá a ficar à margem do processo ou do mercado. Porém, com a legitimação desta padronização, verifica-se uma perda de autonomia do lado da oferta, ou seja, do produtor, tornando-se refém de tal movimento commoditizador, pois essa “adesão espontânea” é seguida por amarrações contratuais, investimentos de capital, novas técnicas e métodos de produção, padrões sanitários e fitossanitários, tecnológicos, culturais, entre outros aspectos, que alteram as suas condições reprodutivas pré-existentes.

Assim, os produtores rurais devem incorporar padrões que garantam a possibilidade de torná-los propriedades padronizadas (ou certificadas). Entretanto, para a implementação deste padrão, são necessários requisitos determinantes como: capital, acesso a crédito, leis ambientais, qualidade (índice de gordura, cor, maciez, paladar), área de terras para rotação de pastagens, pacotes tecnológicos (genética, mecanização), técnicas de produção e manejo, bem-estar animal, assistência técnica, controle de pragas e doenças, aspectos sanitários e fitossanitários, etc.

Mais do que isso, essas imposições repercutem sobre as condições pré-existentes de produção e reprodução dos produtores e, por consequência, das suas relações historicamente e culturalmente construídas, permeadas em distintos territórios e trajetórias de desenvolvimento.

Nesse aspecto, buscou-se investigar os determinantes históricos, geográficos, políticos, sociais, econômicos e culturais que culminaram na atual conjuntura da produção e de integração mercantil da carne bovina, bem como o movimento de commoditização, que é controlado pelo mercado e que repercute diretamente sobre as relações sociais dos produtores e nas formas de organização da produção nos territórios.

Além disso, as exigências impostas pelo “mercado”, visando à obtenção da padronização produtiva, podem excluir produtores desse segmento. Esse fato acaba por gerar um fator complicador para estes, pois rompe com as tradições, as relações sociais, o saber-fazer, em relação ao manejo e às técnicas de produção e à cultura, estabelecidas e construídas ao longo da trajetória de desenvolvimento.

O produtor que não se adapta a tais exigências de produção acaba sendo excluído desse circuito, de modo que ele possui, principalmente, dificuldades de acesso ao capital, à tecnologia, às técnicas de produção e de manejo e à disponibilidade de terras, não possibilitando uma produção em

grande escala e com alta rotatividade. Como resultado, esse movimento de commoditização do agronegócio acaba por deixar à margem ou dificultar a permanência dos produtores nesta atividade – inclusive no escoamento de sua produção –, por não acompanhar tal ordenamento produtivo.

Assim, tal movimento gera uma tendência à concentração da produção⁴, o que consolida ao setor um processo de monopolização, capitaneado por grandes corporações e pelo mercado consumidor, sendo que apenas algumas propriedades rurais têm condições de se adaptar e atender a tal tendência, que é cada vez mais exigente em relação aos padrões de produção e à qualidade do produto. Desse modo, a associação a esse padrão mercadológico e de produção está estritamente ligada ao modelo capitalista moderno, que visa a estimular o consumo induzido (no sentido de segurança alimentar e de qualidade do produto), proporcionando reflexos diretos aos produtores e consumidores, o que, respectivamente, no primeiro caso, gera um processo excludente na produção e, no segundo, uma tendência à elevação dos preços finais do produto.

Portanto, é necessário identificar como se estabelece e se legitima este movimento, o qual, em última instância, desemboca no processo de padronização de sua produção.

A bovinocultura de corte na região das Missões do Estado Rio Grande do Sul está inserida em um contexto de enraizamento histórico na formação do Estado gaúcho, a pecuária, através dos gados xucros, nas províncias do “Bioma Pampa” (pastagens naturais, pradarias), foi um dos atrativos desse território, que era útil tanto para transportes (por “juntas de bois”), quanto pela questão da carne, ou seja, em termos de alimento.

De acordo com o IBGE (2006; 2011), o Estado gaúcho possui 441,4 mil estabelecimentos agropecuários⁵, em uma área total de 20,32 milhões de hectares. Em relação à pecuária e à criação de outros animais existem 171,1 mil estabelecimentos agropecuários que praticam tal atividade, ou seja, 38,7% do total. Conforme Tourrand (2016, p. 07), a pecuária familiar no Rio Grande Sul “é estimada atualmente em mais de 60 mil famílias”. Além disso, o Brasil é um grande *player* no mercado internacional da carne, sendo o principal exportador de carne bovina mundial, com uma fatia representativa de mais de 20% do total das exportações (ANUALPEC, 2016). Tais dados demonstram grande competitividade e potencial no mercado de carnes.

No que diz respeito ao enfoque territorial, as vantagens comparativas da região das Missões em termos de custos e de disponibilidade de fatores de produção (manejo e técnicas produtivas, área territorial, campos naturais, boas pastagens, grãos e clima), conferiram ao território o *status* de exportador de carne bovina no mundo, com alto grau de especialização da produção. Tal desempenho é proveniente de sua trajetória cultural, social, econômica, geográfica e ambiental na formação do território.

Aliado a este potencial produtivo, existe a demanda crescente por produtos seguros em termos alimentares. O aumento da preocupação dos consumidores, com relação à segurança e à qualidade dos produtos agroalimentares levou países importadores a restringir cada vez mais o comércio (já estudado pioneiramente por David Ricardo – Lei dos Cereais⁶), através da imposição de regulamentações e acordos sanitários, que muitas vezes representam barreiras não-tarifárias (BNT's) de comércio. A justificativa para essas barreiras está na própria natureza do produto, cujo comércio está sujeito à determinação e à imposição de normas técnicas e sanitárias. No caso da comercialização de carne bovina, em sua história pesam a favor de tais medidas e regulamentações a doença da “vaca louca”, em meados de 1998, no continente Europeu e a febre aftosa, em meados de 2001, no território brasileiro.

Assim, os produtos oriundos da produção de carne bovina devem seguir padrões de produção que garantam sua integridade e qualidade. A demanda (guardadas as proporções), por sua vez, acaba ditando os rumos deste segmento, que de certo modo, são absorvidos pelo processo produtivo. Essa absorção é caracterizada pelo processo de certificação ou de padronização da carne bovina que está, sobremaneira, conectada com as relações mercantis, repercutindo sobre as formas de organização da produção dos bovinocultores de corte missioneiros.

⁴ No Brasil, este setor é basicamente representado por grandes empresas, que de certo modo, foram sendo constituídas através de fusões e incorporações, que gerou uma maior concentração do mercado de carnes.

⁵ O país tem um montante de 5,1 milhões de estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área total de 333,6 milhões de hectares. Já em relação aos estabelecimentos ligados a atividade pecuária e criação de outros animais, no Brasil, representam 2,3 milhões de propriedades (IBGE, 2006).

⁶ Proteção à agricultura, tornando praticamente absoluta a proteção e impedindo a importação de produtos agrícolas de outros países.

Não obstante isso, há uma tendência à monopolização da produção, com a presença de grandes corporações nesse segmento, que acaba por gerar um enfraquecimento do poder de barganha do produtor frente ao mercado (o produtor torna-se refém do processo), originando riscos para a manutenção e sobrevivência destes.

Na próxima seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para dar suporte a respectiva análise, com o intuito de compreender as dinâmicas produtivas que permeiam a atividade produtiva da bovinocultura de corte, considerando como base de observação, o território missioneiro do Estado do Rio Grande do Sul.

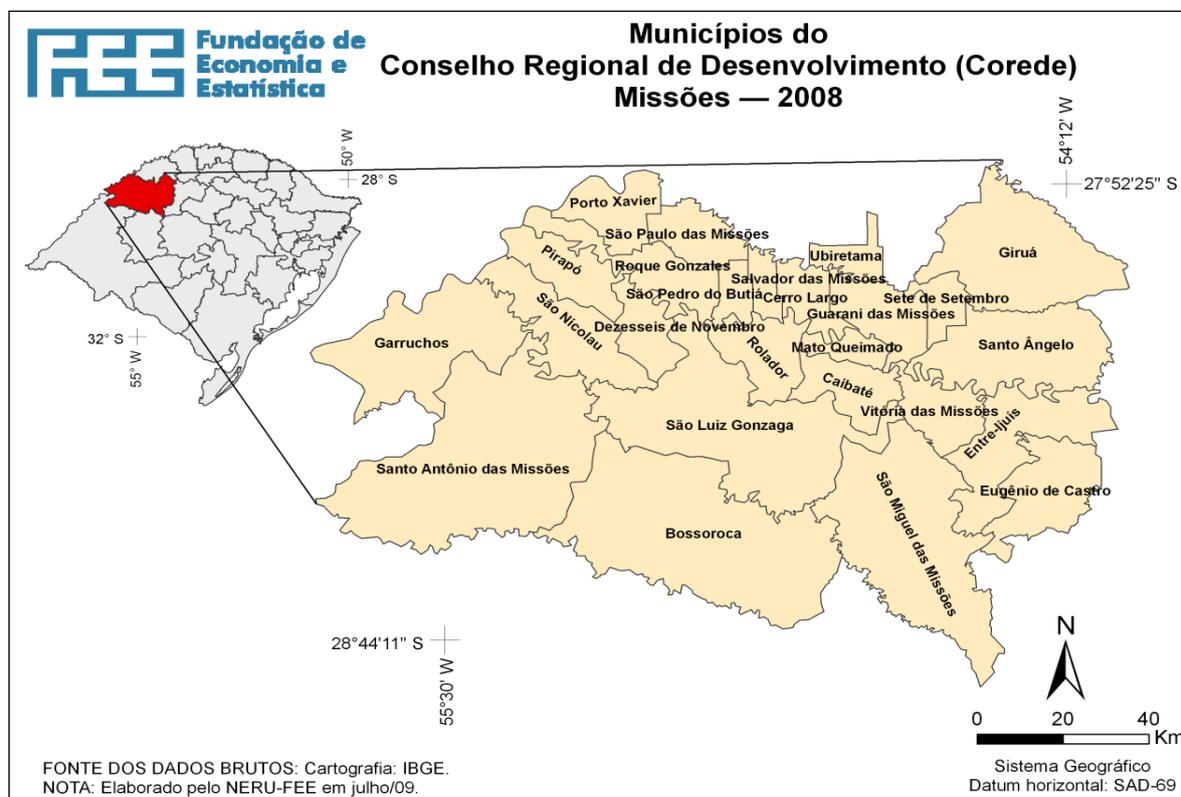
Delineamento metodológico da pesquisa

O recorte espacial da referida pesquisa situou-se na Região do COREDE Missões, que está localizada na parte noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, “limitando-se ao norte com o COREDE-Fronteira Noroeste, ao leste com o COREDE-Noroeste Colonial, ao sul com o COREDE-Vale do Jaguari, a sudoeste com o COREDE-Fronteira Oeste e no extremo oeste com a República da Argentina” (COREDE MISSÕES, 2010, p. 23).

A região missioneira é composta por vinte e cinco (25) municípios: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões (COREDE MISSÕES, 2010, p. 23). Como se evidencia, a região abarca uma grande amplitude de municípios, que, por sua vez, apresentam grandes heterogeneidades e especificidades dentro do próprio território.

Na Figura 01, está representada graficamente a Região de abrangência do COREDE Missões, bem como os municípios que pertencem a este território.

Figura 01: Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do COREDE Missões/RS.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul - FEE/RS.

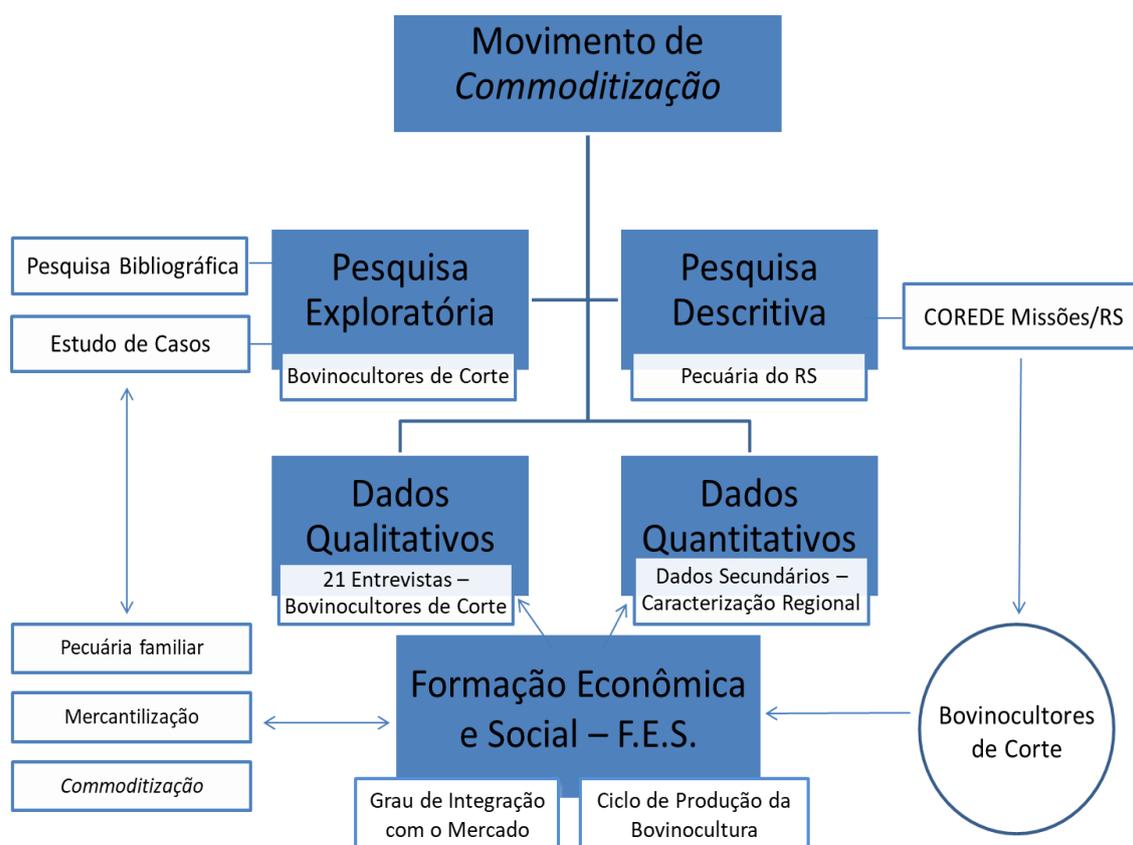
Quanto ao marco teórico-metodológico para a operacionalização da pesquisa, a abordagem utilizada está ancorada na formação econômica e social dos territórios (F.E.S.), de Milton Santos

(1979), vinculado ao processo histórico e de sua bagagem e seus transbordamentos culturais e sociais. O homem é um ser histórico e social. O mundo é produto da ação humana e a realidade social está em constante transformação (estrutura e superestrutura).

Para a operacionalização da pesquisa foram utilizados procedimentos metodológicos que visaram a compreender as diferentes realidades e inter-relações dos bovinocultores de corte da região do COREDE Missões, ao longo de suas trajetórias. Essas inter-relações, que se estabelecem ao longo de sua cadeia produtiva, considerando os distintos ciclos de produção de bovinos de corte (cria, cria/recria/terminação, cria/recria e ciclo completo) e o seu maior ou menor grau de integração com o mercado – processo mercantil, de acordo com os seus diferentes atributos produtivos (ver Figura 02).

A seguir é explicitado o desenho da pesquisa e sua operacionalidade para o desenvolvimento do estudo.

Figura 02: Desenho da Pesquisa.



Fonte: Silveira (2018).

Visando a absorver os atributos e seus respectivos graus de integração mercantil, foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas junto aos produtores, entre outubro e novembro de 2017, que tiveram como ênfase a análise dos fenômenos relativos ao movimento de comoditização e as suas diferentes repercussões nas formas de organização da produção, nas relações sociais e na organização do trabalho, dos bovinocultores de corte da região missioneira. A pesquisa considerou uma amostragem aleatória, visando entender o processo de construção histórico, geográfico, cultural, econômico, ambiental e social de suas dinâmicas produtivas.

Na entrevista semiestruturada, os produtores foram questionados sobre o desempenho de suas atividades agrícolas, bem como de suas inter-relações com o mercado. Assim, foram interpelados por temas como os seus aspectos históricos, infraestruturais, organizacionais, técnicos e produtivos da bovinocultura de corte, tais como: tamanho da propriedade, unidades de trabalho, sistemas de produção (intensivo ou extensivo) e de criação (cria, cria/recria/terminação, cria/recria e ciclo completo), genética (raças – precocidade e rusticidade), manejo (pastagens, bem estar animal, sanidade...), perfil histórico, social e cultural (modo de vida, jeito de ser, identidade territorial...)

meio ambiente (bioma, solo, relevo, geografia, práticas sustentáveis...), formas de comercialização com fornecedores e consumidores (intermediários de dentro e de fora da região, para exportação, grau de mercantilização), rentabilidade e produtividade (capital, financiamentos, preços e custos de produção, concorrências de outras culturas (principalmente de grãos – soja), gestão da produção, tecnologias...), instituições (políticas públicas, sindicatos, incentivos, subsídios, pesquisas, parcerias público-privadas...) e aspectos regionais da Região das Missões (histórico, infraestrutural, climático, institucional, econômico...).

Na seção seguinte apresenta-se a proposição metodológica da pesquisa, considerando a literatura existente sobre mercantilização da produção e a pecuária no Estado do Rio Grande do Sul.

Tipologia mercantil dos bovinocultores de corte

De acordo com a metodologia apresentada, tais técnicas e instrumentos de análise estão alicerçadas pela opção metodológica da Formação Econômica e Social (F.E.S.), com estímulo ao estudo das especificidades, particularidades e potencialidades, referentes aos aspectos históricos, culturais, econômicos, sociais, ambientais, geográficos e políticos na construção de sua territorialidade, elaborado por Milton Santos (1979). Para tal foram utilizados procedimentos visando ao estabelecimento de tipologias, com base nas pesquisas seminais da literatura, que podem ser observadas no Quadro 01.

Quadro 01: Síntese do Estado da Arte: principais trabalhos sobre a Pecuária Familiar e a Bovinocultura de Corte

Autor	Região em Análise	Ano	Atividade	Análise/Objetivo
Ribeiro	Campanha e Fronteira Oeste do RS.	2003	Pecuária Familiar.	Criar a categoria/tipologia de pecuarista familiar.
Cotrim	Serra do Sudeste do RS – município de Canguçu.	2003	Pecuária Familiar.	Tipificar os pecuaristas familiares.
Conterato	Alto Uruguai, Serra e Missões do RS	2004 e 2008	Agricultura Familiar.	Mercantilização da produção e caracterização/diferenciação.
Andreatta	Estado do RS.	2009	Pecuária Familiar.	Perfil socioeconômico – modo de vida.
Neske	Alto Camaquã Serra do Sudeste do RS.	2009	Pecuária Familiar.	Mercantilização da produção.
Ribeiro	Campanha do RS.	2009	Pecuária Familiar.	Tipificar os pecuaristas familiares.
Matte	Campanha Meridional e Serra do Sudeste do RS.	2013	Pecuária de Corte.	Modo de vida e vulnerabilidade social.

Fonte: adaptado de Silveira (2018).

Considerando os diferentes ciclos de produção da bovinocultura de corte: criador, recriador/terminador, criador/recriador e ciclo completo, elaborou-se a tipologia dos produtores em uma perspectiva de mercantilização da produção. A partir da disso, foram definidos produtores com características semelhantes na busca de extrair as particularidades e as especificidades produtivas, no que tange ao movimento de commoditização e às suas repercussões nas relações sociais, no trabalho e nas formas de organização da produção das unidades produtivas de gado de corte no território missioneiro.

No ciclo de cria, os acasalamentos dos bovinos podem ser realizados de forma natural ou por inseminação artificial. Os bezerros permanecem com as mães até sete (7) meses de idade, quando são desmamados. Tendem a completar o ciclo quando alcançam peso entre 180 e 200 quilos, visando a sua comercialização. No ciclo de recria/terminação, os animais desmamados (provenientes do ciclo de cria) são recriados separadamente, machos e fêmeas. Posteriormente, os machos são recriados até atingirem um peso de 330 quilos e, após isso, encaminhados a terminação/confinamento, atingindo um peso final, em média, de até 450 quilos por animal vivo, quando então são destinadas

ao abate. No ciclo de cria/recria, os animais são criados através de monta natural e artificial, até o desmame, sendo recriados dentro da própria unidade produtiva, até completarem o seu ciclo de produção de recria, aproximadamente 350 quilos, por animal vivo. E, no ciclo completo, desenvolvem-se os três ciclos produtivos internamente à unidade produtiva, tanto de cria, recria e terminação.

Há de se considerar que os estudos seminais da literatura sobre a mercantilização da produção, estão profundamente amarradas com a perspectiva desenvolvida por Ploeg (2015). Trata-se aqui, de categorizar os ciclos produtivos da bovinocultura de corte, utilizando-se desse arcabouço metodológico.

O autor constrói a sua base de fundamentação da seguinte maneira: “os elementos que constituem o processo de produção podem entrar nesse processo como mercadorias ou como não-mercadorias” (PLOEG, 2015, p. 20). Ou seja, estabelecem-se distintas formas de produção e de mercantilização, classificadas de acordo com suas respectivas dinâmicas produtivas ou de seus atributos, em relação a cada ciclo de produção da bovinocultura de corte.

Tal distinção irá depender das relações estabelecidas entre as unidades produtivas e os graus de integração com o mercado – para tanto, dependerá das características do trabalho empregado, dos recursos produtivos e de suas relações de produção e reprodução nos seus respectivos mercados. Segundo Schneider (2016), Ploeg mostrou como se dá o processo de mercantilização diferenciada de inserção dos agricultores nos mercados. O processo de mercantilização do referido autor é apresentado na Quadro 02.

Quadro 02: Diferentes Formas de Produção Mercantil.

Forma de Produção da Mercadoria	Produção Doméstica (PD)	Pequena Produção de Mercadorias (PPM)	Produção Simples de Mercadorias (PSM)	Produção Capitalista de Mercadorias (PCM)
Resultado da produção	Não-Mercadoria	Mercadoria	Mercadoria	Mercadoria
Outros recursos	Não-Mercadoria	Não-Mercadoria	Mercadoria	Mercadoria
Força de trabalho	Não-Mercadoria	Não-Mercadoria	Não-Mercadoria	Mercadoria
Objetivos	Autoconsumo	Sobrevivência	Renda	Mais-valia

Fonte: Silveira (2018), adaptado de Schneider (2016, p. 109) e Ploeg (2015, p. 20).

Para Ploeg (2015, p. 20), na pequena produção de mercadorias (PPM), “o resultado da produção é (ao menos em parte) comercializado e, conseqüentemente, visto como um conjunto de mercadorias”. O autor identifica que, neste modo de produção, é essencial que a força de trabalho e outros recursos cruciais (terra, água, sementes, animais, *know-how*, redes de trabalho, etc...) não entrem no processo de produção como mercadorias (tais recursos são entendidos como valores de uso), ou seja, recursos não mercantilizados, que são usados para produzir mercadorias e para reproduzir os recursos adquiridos. “Analicamente, a PPM é uma forma de produção não completamente mercantilizada” – ou seja, que apresenta uma mercantilização incompleta (PLOEG, 2015, p. 21). Importante mencionar sobre o aspecto relativo à mercantilização, os termos de intercâmbio e a motivação dos agricultores em realizar trocas no mercado.

Appadurai (1986, p. 13) menciona a intercambialidade como “fator socialmente relevante” de uma mercadoria: a situação mercantil [...] de qualquer ‘coisa’ [reside em] sua intercambialidade por qualquer outra coisa”. Típico para a agricultura, especialmente para a agricultura camponesa (onde quer que ela esteja situada), é que precisamente esta intercambialidade é eliminada ou condicionada. Um agricultor, como dizem, “nunca vende sua melhor vaca”. A essência da “melhor vaca” reside precisamente em sua não-intercambialidade. Ela não está para ser vendida, mas para ser usada para produzir uma promissora cria (PLOEG, 2015, p. 21).

Já, na produção simples de mercadorias (PSM), Ploeg (2015, p. 21) identifica que “há uma mudança decisiva em relação a pequena produção de mercadorias [...] com exceção do trabalho, todos dos demais recursos materiais e sociais entram no processo de trabalho como mercadorias”. Nesse sentido, o autor argumenta que a sua maneira de produzir e suas relações de produção estão ancorados na lógica de mercado. Ou seja, estão parcialmente integrados a mercados imperfeitos.

Por sua vez, “a produção capitalista de mercadorias representa uma mercantilização completa: força de trabalho e os demais recursos entram no processo como mercadorias, e todos os produtos obtidos circulam como mercadoria” (PLOEG, 2015, p. 21).

E, por fim, a pequena produção doméstica (PD) é a produção voltada para o autoconsumo, ou seja, para o abastecimento da propriedade e de suas formas de reprodução social. Dentro dessa lógica, a inversa do modo integrado, de não-mercadoria, valores éticos, ambientais, históricos, sociais e culturais estão mais a florados e, por consequência, aliando-se intrinsecamente ao “modo de vida” e ao “jeito de ser” que os agricultores desempenham em suas unidades produtivas e nas suas atividades reprodutivas.

Para tal, trata-se aqui de perceber que o processo de mercantilização não pode ser assumido de antemão como sendo negativo para o desenvolvimento das atividades agrícolas, ou seja, que levaria a um processo de subordinação ao mercado, em relação aos detentores de capital. Deve-se entender que há diferentes tipos de mercado e modos de produzir e, por consequência, diferentes padrões de interação entre atividades produtivas e mercados, resultantes das formas de percepção, influência e estratégias de apropriação dos agentes neste ambiente.

Para Polanyi (1988; 2000), o trabalho e a terra foram transformados em mercadorias e assim passam a ser tratados como se fossem produzidos para a sua posterior venda.

No entanto, para Schneider (2016, p. 101), “na realidade, não eram mercadorias, uma vez que não eram sequer produzidos (como a terra) ou, quando o eram, não o eram para a venda (como o trabalho)”.

Foi Karl Polanyi (2000) quem afirmou que no capitalismo a economia de mercado passou a ser uma sociedade de mercado, subordinando a vida social a lógica econômica, fazendo com que o intercâmbio mercantil se generalizasse. O mercado passou a ser tanto o princípio e o modelo ordenador das relações econômicas como também consolidou-se como uma ideologia. A ideologia de mercado passou a ordenar a cultura, as regras e o modo de funcionamento da sociedade (SCHNEIDER, 2016, p. 101).

Assim, “com a expansão deste padrão societário de integração mercantil-capitalista ocorreu uma pretensa separação institucional das esferas econômica e política da sociedade” (SCHNEIDER, 2016, p. 102). Dessa forma, criou-se uma ideologia mercantil, aliada ao termo de racionalidade de mercado, que instaurou uma espécie de cultura mercantil, apoiada em instituições, regras, normas e leis que organizam a vida e a economia de mercado.

Considerando essa ideologia mercantil é necessário esclarecer o termo mercado⁷ ele deve ser entendido como “instituições sociais formadas pelos processos de interação social, econômica e cultural”, além de guardar elementos históricos, políticos e éticos, na base de seu arcabouço (SCHNEIDER, 2016, p. 103).

Schneider (2016, p. 103-104) observa que os “mercados são instituições que guiam e orientam o processo social de interação entre indivíduos e organizações”. Além disso, privilegia os aspectos referentes às bases sociais e culturais que interferem nos padrões de interações e nas trocas econômicas.

Ideia de mercados múltiplos e segmentados em convencionais e alternativos. Essa abordagem passou a ser um ponto de referência importante nos estudos rurais mais recentes com uma abordagem a partir da sociologia econômica. O entendimento de que os mercados são socialmente construídos tornou-se largamente aceito (SCHNEIDER, 2016, p. 104).

No entanto, para Schneider (2016, p. 107), “há um determinado consenso, de que a venda de excedentes da produção para o mercado desencadeia um processo de mercantilização e monetização das relações econômicas, que repercute sobre a família e a comunidade rural”, repercutindo sobremaneira nas relações destes, ao longo de sua trajetória. Um dos autores que realizou essas análises sobre as relações dos agricultores com os mercados foi o holandês *Jan Douwe van der Ploeg*.

Ploeg sugeriu que há uma gradiente que vai de formas de produção mais autônomas até outras mais dependentes dos mercados. A inserção dos agricultores familiares nos mercados nem

⁷ Utiliza-se como base teórica a contribuição de Polanyi (1988; 2000), utilizado por Schneider (2016).

sempre é desfavorável ou deletéria para sua reprodução social. Ploeg (2008) afirma que o sucesso ou o fracasso, entendido como a capacidade de se manter economicamente viável e se reproduzir como uma unidade social familiar, vai depender do modo como os camponeses operacionalizam as decisões e estratégias para organizar seu processo produtivo e a sua forma de inserção nos mercados. Mais do que isso, Ploeg (1992) mostra que há distintos “graus” e “níveis” de mercantilização, e descreve a inserção nos mercados como um processo multidimensional, que pode ser tanto de dentro para fora como na direção oposta, de fora para dentro. Neste sentido, a mercantilização é entendida como um processo social que pode inclusive fortalecer as bases de recursos das unidades produtivas e reforçar as suas estratégias de reprodução. Pela primeira vez, a inserção nos mercados deixou de ser vista como um caminho unidirecional, que levaria os camponeses a se “descapitalizar” e, em seguida, a se decompor como um grupo social (SCHNEIDER, 2016, p. 108).

Nesse sentido, a maneira de produzir galgada na geração do excedente econômico e na produção em escala, dentro de um movimento global, promovidos pelo alto grau de mercantilização ou commoditização da produção, começa a representar uma nova tendência, que está vinculada às particularidades e especificidades regionais, dentro de determinado ramo de atividade.

O processo de desenvolvimento abrange uma complexidade de relações e sua análise não pode ser restrita apenas à dimensão econômica. Assim, deve-se tratar o desenvolvimento, no espaço rural da Região das Missões, sob uma abordagem multidimensional, buscando identificar as relações entre essas diversas dimensões (WAQUIL *et al.*, 2005).

Conforme Waquil *et al.* (2005), a definição das dimensões é bastante diferenciada entre os autores. Porém, a determinação dessas dimensões está muito ligada aos objetivos e ao contexto do estudo que está sendo desenvolvido. Dessa forma, dentro da lógica do desenvolvimento regional, evidencia-se a necessidade de recorrer ao estudo multidimensional, enfocando as interligações entre as dimensões histórica, social, econômica e ambiental e destas com outras dimensões, tais como política, cultural, institucional e democrática. Partindo do reconhecimento das diversas dimensões, surge um conjunto de inter-relações entre essas dimensões, que forma um arcabouço multidimensional.

No entanto, para dar aderência maior ao arcabouço teórico da mercantilização da produção, evidenciada em Ploeg (2015), propõe-se, nesta pesquisa, uma metodologia adaptada desta perspectiva de análise do mercado, adequada aos ciclos de produção dos produtores bovinocultores de corte da Região das Missões. Essa adaptação metodológica está disposta e justificada no Quadro 03, a seguir.

Quadro 03: Metodologia Adaptada de Mercantilização da Bovinocultura de Corte na Região das Missões/RS – Atributos Produtivos e Tipificação Mercantil

Bovinocultor de Corte – Atributos Produtivos	Produção Interna Sustentável	Mercantilização Incompleta Fraca	Mercantilização Incompleta Forte	Mercantilização Completa
1. Natureza do trabalho – mão de obra	Familiar.	Familiar e contratada.	Concentração de contratados, mas com familiar.	Essencialmente contratadas.
2. Genética do rebanho	Raças mescladas – baixa genética: jersey, charolês, nelore.	Rebanho parcialmente composto por raças de mercado – baixa genética: angus com raças mescladas.	Boa genética de raças: angus, brangus, hereford e bradford.	Alta genética de raças, com cabanhas próprias: angus, hereford, bradford e brangus.
3. Comercialização – integração com o mercado	Mercado local informal e reciprocidade.	Mercado local e regional com intercâmbio de produtos.	Mercado regional, nacional e internacional.	Mercado externo a região e para exportação.
4. Suprimentos	Comércio local – agropecuárias e produção interna.	Comércio local e regional – cooperativas e agropecuárias.	Comércio regional e estadual. Cooperativas e grandes empresas regionais.	Comércio regional e nacional. Multinacionais e cooperativas externas a região.
5. Manejo e técnicas produtivas	Saber-fazer local. Histórica, cultural, tradição.	Saber-fazer local/regional. História, cultura, tradição.	Saber-fazer regional, com aperfeiçoamento das relações de produção (conhecimento).	Saber-fazer com aprimoramento e eficiência das técnicas de produção (conhecimento).

6. Recursos forrageiros – bioma e pastagens	Recursos internos. Campo nativo e silagem de milho.	Recursos mesclados, internos e externos. Campo nativo, azevém, milho silagem, aveia...	Recursos mesclados com complementação. Campo nativo melhorado, braquiária, feno, aveia, farelos, ração, azevém...	Recursos adquiridos em maior proporção. Campo nativo melhorado, auto grão, braquiária, aveia, azevém, farelos, ração e suplementação.
7. Tecnologia – mecanização agrícola	Baixa mecanização.	Média mecanização.	Alta mecanização.	Mecanização completa.
8. Recursos de capital – acesso e rentabilidade	Baixa capacidade financeira.	Média capacidade financeira.	Alta capacidade financeira.	Autossuficiente – recursos próprios.
9. Tempo de circulação – escala	Sustentável. Comércio de até 50 animais por ano.	Baixa. Comércio entre 50 a 100 animais por ano.	Média. Comércio entre 100 a 250 animais por ano.	Alta. Acima de 250 animais por ano.
10. Área territorial para a bovinocultura	Familiar. Até 25 hectares. Colônia.	Pequena. De 26 a 100 hectares.	Média. De 101 a 250 hectares.	Grande. Acima de 251 hectares.
11. Sistema de produção	Extensivo. Sustentável.	Extensivo e semi-intensivo. Sustentável.	Semi-intensivo e intensivo. De mercado.	Intensivo – confinamento. De mercado.
12. Autoconsumo	Núcleo familiar.	Núcleo familiar, contratados e intercâmbio de produtos – reciprocidade.	Contratados, intercâmbio de produtos com fornecedores, festas religiosas e comunitárias, doações...	Apenas para comercialização.
13. Preço	Até R\$ 4,00 por quilo de animal vivo.	De R\$ 4,00 a R\$ 4,50 por quilo de animal vivo.	Entre R\$ 4,50 e R\$ 5,00 por quilo de animal vivo.	Entre R\$ 5,00 e R\$ 5,50 por quilo de animal vivo.
14. Motivação para a pecuária	Alternativa para manter-se no campo. História, cultura.	Satisfação pessoal, tradição, trajetória histórica e cultural. Rentabilidade.	Satisfação pessoal, histórica, porém permite lucros, rentabilidade além de ser a única atividade possível de produzir.	Rentabilidade econômica.
15. Modo de vida – identidade territorial	Pertencimento regional – identidade missionária. História, cultura, tradição.	Pertencimento ao território, qualidade de vida, prática sustentável, tradição familiar.	Racional de mercado, mas com laços históricos construídas no território.	Racional – de mercado.

Fonte: Silveira (2018) com base em pesquisa de campo (2017), adaptado de Ploeg (2015, p. 20).

Desse modo, para dar suporte a tal perspectiva, consideram-se atributos produtivos vinculados a cada sistema de produção com o intuito de estabelecer a dinâmica de mercantilização de cada ciclo produtivo da bovinocultura, de acordo com as especificidades e particularidades de produção de cada unidade com o mercado.

São considerados quinze (15) atributos produtivos, interligados com o desenvolvimento das atividades referentes à produção de gado de corte na região missioneira, visando à identificação e à tipificação da dinâmica de mercantilização produtiva de cada produtor e, posteriormente, de seu respectivo ciclo de produção.

Além disso, é preciso elucidar os conceitos de produção interna sustentável, mercantilização incompleta fraca, mercantilização incompleta forte e mercantilização completa. A produção interna sustentável está associada à prática de agricultura familiar, em uma perspectiva de utilização sustentável dos meios de produção das técnicas e práticas produtivas, relacionadas, ou melhor, não relacionadas diretamente com a lógica de mercado. Tal conceito está alicerçado nas relações históricas e culturais, construídas no desempenho de sua atividade de produção, que em grande parte não estão integradas ao mercado.

Na mercantilização incompleta fraca percebe-se maior inserção dos produtores, ou de seus atributos de produção, na lógica de integração com o mercado, porém, isso acontece geralmente em baixa escala produtiva e com recursos tecnológicos e produtivos restritos. Assim, indica-se que tais atributos possuem uma integração fraca com o mercado, pela razão de ainda não estarem totalmente integrados em uma perspectiva de mercantil.

Em relação à mercantilização incompleta forte, tem-se que esta dinâmica produtiva enquadra-se em uma perspectiva de maior integração com o mercado, ou seja, possui maior escala produtiva no que tange aos seus atributos, apresentando assim maior integração com o mercado,

suas regras e exigências, aliadas a uma prática de rentabilidade econômica de suas relações de produção.

A mercantilização completa está associada à prática capitalista de produção, através do emprego de recursos otimizados pela noção de racionalidade das atividades produtivas. Assim, os recursos são tratados como meios para obtenção do lucro, com a tendência à intensificação da utilização dos fatores de produção, de modo a estar vinculado inteiramente à perspectiva de integração com o mercado.

Desse modo, os resultados têm como ênfase analisar de que forma os produtores respondem ao movimento de commoditização e determinar de que maneira o grau de mercantilização da produção interfere e repercute nas relações sociais, no trabalho e nas formas de organização da produção das unidades produtivas de gado de corte no território missioneiro, considerando os ciclos de produção de cria, recria/terminação, cria/recria e de ciclo completo.

Cabe enaltecer que não se tem como perspectiva criar um padrão mercadológico para os produtores, mas sim, elaborar uma forma de analisar as diferentes realidades que permeiam o desenvolvimento da bovinocultura de corte na Região das Missões, de modo a considerar as suas distintas trajetórias históricas, culturais, econômicas, sociais, ambientais, geográficas e políticas na formação de seu território. Tais técnicas e instrumentos de análise estarão ancorados pela opção metodológica da formação econômica e social, com estímulo ao estudo das especificidades, particularidades e potencialidades regionais.

A contribuição teórica dessa pesquisa, guardadas as proporções, pode ser adaptada e posteriormente implementada em diferentes regiões do Estado gaúcho ou mesmo em diferentes territórios em que haja uma representatividade na produção de gado bovino de corte ou mesmo em relação à pecuária. Além disso, tal regramento metodológico, visando à tipificação dos diferentes graus de mercantilização da produção, pode ser replicado em outras culturas representativas, considerando os atributos produtivos que estejam presentes no território e suas relações e conexões mercantis ao longo do desenvolvimento de sua respectiva atividade.

Notas finais

Como contribuição teórica, o estudo tratou de incorporar na análise dos bovinocultores de corte os conceitos de mercantilização da produção, elaborados por Ploeg (1992, 1997, 2003 e 2008) e seus distintos graus de integração com o mercado, de modo a tipificar os produtores e seus respectivos ciclos de produção. Assim, teve como objetivo compreender as conexões que tais bovinocultores apresentam com o mercado e que ora influenciam e ora são influenciados pelos processos mercantis.

Para perceber os distintos graus de mercantilização, a metodologia de Ploeg foi adaptada, para identificar as especificidades e particularidades regionais dos produtores de bovinos de corte. As diferentes dinâmicas com o mercado foram classificadas em: produção interna sustentável; mercantilização incompleta fraca; mercantilização incompleta forte; mercantilização completa.

No entanto, esta tipificação não buscou evidenciar uma padronização de suas relações mercantis, pois ela depende da construção regional, das especificidades e das particularidades de cada território e de sua formação econômica e social.

Para tanto, foram considerados o total de quinze (15) atributos produtivos, interligados com o desenvolvimento das atividades referentes à produção de gado de corte na região missioneira, considerando os ciclos de produção de cria, recria/terminação, cria/recria e ciclo completo, visando à identificação e tipificação da dinâmica de mercantilização produtiva de cada produtor e, posteriormente, de seu respectivo ciclo de produção. Os atributos debruçam-se sobre: 1) a natureza do trabalho – mão de obra; 2) a genética do rebanho; 3) as formas de comercialização – integração com o mercado; 4) os suprimentos; 5) o manejo e as técnicas produtivas; 6) os recursos forrageiros – bioma e pastagens; 7) a tecnologia – mecanização agrícola; 8) os recursos de capital – acesso e rentabilidade; 9) o tempo de circulação – escala de produção; 10) a área territorial para a bovinocultura; 11) o sistema de produção praticado; 12) a prática do autoconsumo; 13) o preço recebido pelo produtor; 14) a motivação para permanência na pecuária; 15) o seu modo de vida ou a sua identidade territorial com a região.

Os resultados provenientes da pesquisa indicaram, como esperado, grande heterogeneidade das suas inter-relações com o mercado, oriunda dos aspectos anteriormente verificados em relação às diferenças históricas, culturais, econômicas e sociais do território missioneiro.

Assim, quanto mais integrados e inseridos ao mercado, ou quanto maior for o seu grau de mercantilização da produção, mais conectados estarão seus processos produtivos, na lógica de reprodução global, interligados ao movimento de commoditização – ou de padronização das atividades (produto global).

Dessa forma, quanto maior a escala de produção e menor for o tempo de circulação da produção (frequência/circulação/rotatividade/fluxo), maior tenderá a ser a integração dos produtores com o mercado.

Há uma tendência de que ocorra uma ruptura das condições históricas e culturais estabelecidas, que podem ser verificadas através de mudanças tecnológicas, produtivas e culturais no desenvolvimento da atividade. Ainda, percebe-se uma alteração nos condicionantes tradicionais dos bovinocultores de corte, pertencentes ao saber-fazer e de sua bagagem histórica ao longo de sua trajetória. Entre as mudanças mais significativas evidenciam-se as relações de manejo da produção (tratos e técnicas culturais), as festas de marcação e de castração (referentes as práticas de bem estar animal), o autoconsumo e a reciprocidade (abates realizados internamente na unidade de produção e as trocas intercambiais com vizinhos, parentes, etc.), o jeito de ser ou o modo de vida (no caso, a identidade missioneira e gaúcha), as relações de trabalho e de mecanização agrícola (práticas manuais), a aquisição de suprimentos (adquiridos externamente ao ambiente produtivo) e a genética animal (raças com alta genética) envolvida no processo de produção.

O nível ou grau de integração com o mercado – tanto do produtor, quanto da região – tenderá a refletir a subordinação ao movimento de commoditização que, por consequência, produzirá uma ruptura das condições pré-existentes, além de exercer uma pressão sobre ambos no processo de produção. Porém, essa pressão pode não repercutir no abandono da atividade, entretanto, pode produzir efeitos sobre a inserção no mercado deste produtor ou região “desconectada”, ou seja, o escoamento do excedente de produção fica comprometido.

A commoditização interfere nas relações históricas, culturais e tradicionais dos produtores rurais, sobremaneira nas formas de organização produtiva, do trabalho e de suas relações sociais, construídas ao longo de suas distintas trajetórias. Vale ainda ressaltar que o processo de mercantilização acelera essa repercussão, rompendo com as particularidades e especificidades produtivas pré-existentes dos produtores, e, por consequência, refletindo na dinâmica de desenvolvimento territorial das distintas regiões sob análise.

Referências

ANUALPEC. *Anuário da pecuária brasileira*. São Paulo: Instituto FNP, 2016.

CONTERATO, M. A. *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011, p. 67-89.

FAO. Organização das Nações Unidas. Agência de Segurança Alimentar. *Relatório*. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos agropecuários*. Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)*. Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)*. Rio de Janeiro, 2015.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 240-267.

_____. *Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul*. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1. 2005, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Grupo de Estudos Agricultura Familiar. 2005. CD ROOM.

LONG, N. *Introdução a sociologia do desenvolvimento rural*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1982.

_____. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. *et al.* *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Netherlands: Agricultural University of Wageningen, 1986, p. 8-23.

MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.) *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2015.

PLOEG, J. D. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. *et al.* *The Commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Netherlands, Agricultural University of Wageningen, 1986, p. 24-57.

_____. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

_____. Heterogeneity and styles of farming. In: PLOEG, J. D. (Org.). *Labor, Markets and Agricultural Production*. Boulder, San Francisco and Oxford: Westview Press, 1990. P. 1-35.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. (Org.). *Ecología, campesinato e história*. Madrid: La Piqueta, 1992, p. 153-195.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. O. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. O. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 15-56.

_____. El mercant de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUSMAN, E. S. (Org.) *Ecología, campesinato y historia*. Madrid: Piqueta, 1993. P. 153-196.

_____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D.; LONG, A. (Org.). *Born from within: practices and perspectives on endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994. P. 7-30.

_____. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. *et al.* *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Netherlands: Agricultural University of Wageningen, 1986, p. 24-57.

_____. *Labor, markets and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990, p. 1-35, 259-285.

_____. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano. Estudos camponeses e mudança agrária*. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.

_____. *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus. [1944]. 1988.

_____. *Primitive, Archaic and modern economies: essays of Karl Polanyi*. Boston: Ed. G. Dalton. [1968]. 2000.

RADOMSKY, G. F. W.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. *Pesquisa de Desenvolvimento rural: técnicas, bases de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais*. Vol. 2. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

_____. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n 54, p. 35-59, 1976.

SCHNEIDER, S. (Org.) *A diversidade da agricultura familiar*. 2 edição. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

_____. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S. WAQUIL, P. D. *Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais*. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 39, n. 3, p. 117-142, jul./set. 2001.

_____. Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. In: VERDUM, R; BASSO, L. A. e SUERTEGARAY, D. M. N. (Org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 127-146.

SILVEIRA, Daniel Claudy da. *A commoditização do rural: uma análise a partir da bovinocultura de corte na Região do Corede Missões/RS*. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. 2018.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TOURRAND, J. F. Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul. WAQUIL, P. D.; MATTE, A. NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (Org.) *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 7-9.

WAQUIL, P. D.; GIANLUPPI, L. D. F.; MATTOS, E. J. *As múltiplas dimensões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p. 117-142, maio, 2005.

WAQUIL, P. D. et al. *Para medir o desenvolvimento territorial rural: validação de uma proposta metodológica*. In: XLV Congresso da SOBER, Londrina, 2007.

WAQUIL, P. D.; MATTE, A. NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (Org.) *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Série Estudos Rurais, 2010.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.